

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	-5. FEV. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

As leis Pintassilgo na AR

Aliança Democrática propõe suspensão

A Assembleia da República iniciou ontem a discussão do primeiro de uma série de pedidos de ratificação de decretos-lei do anterior Governo, instrumento jurídico utilizado legalmente pelo Executivo de Sá Carneiro com vista a congelar e a introduzir as emendas consideradas necessárias em diversos diplomas da febre legislativa de Pintassilgo no final do seu mandato. Trata-se do decreto-lei 462/79 que pretende institucionalizar as estruturas que deveriam conduzir à realização do I Congresso das Comunidades Portuguesas, a promover em Junho, tendo a maioria parlamentar que apoia o Governo da Aliança Democrática deixado bem claro que não está contra a realização de tal congresso, antes

se pretende, como afirmou o deputado pelo círculo da Emigração, Teodoro da Silva, que "o Congresso das Comunidades dos portugueses espalhados pelo Mundo" e que não lhes seja imposta uma estrutura burocrática, complexa e pomposa" devendo antes "ir ao encontro das manifestações espontâneas".

Neste sentido, o grupo parlamentar do PSD expressou já a vontade de votar favoravelmente a ratificação deste diploma "com o objectivo de lhe introduzir as emendas necessárias", tendo apresentado uma proposta no sentido da suspensão daquele decreto e requerimento para baixar à respectiva comissão parlamentar.

No curto debate desta questão — que foi interrompido para prosseguir na ses-

sa (e amanhã — in e veram acaloradamente o ex-secretário de Estado da Emigração, João Lima, e os deputados eleitos pela AD pelo círculo da Emigração, Teodoro da Silva e José Gama. Para este, o PS enquanto Governo, apenas se limitou a algumas iniciativas paternalistas para com os emigrantes que pouco os motivaram, muito embora tenham sido despendidas volumosas receitas do Orçamento que poderiam ter sido canalizadas para acções mais concretas, como a criação de escolas ou a difusão de meios de Comunicação Social, acrescentando ainda ser quase desprezível o apoio a algumas comunidades portuguesas, como acontece relativamente aos emigrantes na África do

Sil.

Por outro lado, como referiu Teodoro da Silva, a realização de um congresso nos moldes previstos pelo diploma em debate não passaria de uma "série de discursos de circunstância, centrados em determinadas personalidades", enquanto "a realista posição do Governo permitirá ir ao encontro das necessidades dos trabalhadores-emigrantes, procurando resolver as suas reais carências".

MAJOR TOMÉ APELA À INSURREIÇÃO

Antes da ordem do dia, que ontem foi bastante prolongada e, por isso, impediu que se chegasse ao termo da dis-

cussão dos três pedidos de ratificação sobre a realização do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, e do 4.º centenário da morte de Camões, João Lima pronunciou-se acerca do "caso da carta de Carter", criticando a pessoa que deu a informação ao semanário que a publicou e, depois de interpelado por alguns deputados da maioria governamental, disse não pretender criticar o jornal em questão. A este propósito utilizaram a palavra Angelo Correia (PSD), Oliveira Dias (CDS) e Sousa Tavares (independente) que defenderam a liberdade de Imprensa e o direito ao sigilo das fontes informativas.

Entretanto, o insólito deputado da UDP, major Tomé, utilizou a tribuna para elogiar a acção dos 900

sargentos que, desprezando a proibição nesse sentido decidida pelo EMGFA, comemoraram a tentativa revolucionária do "31 de Janeiro" de 1891. Tomé disse-se também solidário com as UCP's alentejanas.

Por seu turno, Luís Coimbra (PPM), criticou duramente "o projecto actual do Alqueva que, mais do que uma miragem ou uma inconsciência que se atira à cara dos alentejanos, é uma autêntica burla nacional".

Finalmente, antes da ordem do dia, usou da palavra o deputado Luís Catarino (MDP/CDE) para saudar o "4 de Fevereiro" de 1961, data do início do terrorismo em Angola por parte do MPLA, marco histórico que assinalou e mutilou muitos portugueses.